

EM UAUÁ, PREFEITO CORTA VANTAGENS NOS SALÁRIOS DOS PROFESSORES

No dia 05 de dezembro de 2014, os professores da Rede Municipal de Uauá receberam a ratificação dos cortes anunciados nos decretos 325, 331 e 334/14 através do contracheque obtido na internet, incidindo sobre A/C, Regência, GEAP e Auxílio Deslocamento.

Os professores entraram em um estado de choque, nervosismo, cólera e nevralgia por sentirem os direitos serem tão facilmente combalidos. Acima de tudo, a preocupação com sua vida financeira que devido aos cortes ficam desreguladas, uma vez que já se tem uma programação certa conforme o que ganham.

O coordenador da APLB-UAUÁ, Francisco-Prolepses, pontua: "Primeiro que encaramos a forma usada pela administração inadmissível, desrespeitosa e inexistente. Pois não é através de decreto que se corta proventos dos funcionários, e no caso da educação que vive uma política de valorização à luz do PNE, é o FIM. É uma afronta a categoria e, atrevo-me a dizer, a legislação. A administração afirma que não tem como manter a folha de pagamento da educação devido ao pouco recurso na pasta, onde chega a mais de 100%, com o INSS patronal. Nós e a categoria no entendimento da situação, criamos uma comissão de estudos para analisar de fato a educação do município no que tange aos recursos. Porém, o primeiro decreto 325(31/10) foi brutal! Ele aniquilou com todo tipo de estudo e negociação, POIS CORTOU TUDO, INCLUSIVE A GRADUAÇÃO (ANUNCIANDO CORTE NOS PROVENTOS DO MÊS DE NOVEMBRO). Mediante situação, encaminhamos a assessoria jurídica do sindicato para tomar as providências cabíveis. A mesma nos revelou que caberia o mandado de segurança preventivo e o de fato consumado, optando pelo último. Nesses termos, a categoria decidiu em Assembleia por fazer mobilizações em dois dias da semana Segunda e Quinta. Em uma quinta, a categoria ao sair da mobilização do Fórum Municipal foi ao gabinete do prefeito, onde foi recebida. Depois de uma longa conversa e aclamações por parte da categoria, o prefeito-após explicar os motivos de tomar aquela atitude-pedi: "Por favor, vão para Justiça..."

Mediante pedido da categoria, que clamava pela revogação do decreto 325, o prefeito ratificou que se Joel Câmara (Assessor técnico da APLB, ESTÁ FAZENDO O REORDENAMENTO DA REDE MUNICIPAL) oferecesse sugestões na próxima reunião para ordenamento da rede, ele voltaria atrás. O que foi confirmado em uma reunião com a assessoria jurídica dos sindicatos e a administração, que pedia a revogação do decreto e, especialmente, da graduação (sendo o cúmulo do absurdo separar a graduação da carreira).

No encontro com Joel Câmara, a categoria ouviu a proposta que o mesmo levaria para reunião com a administração que seria não Mexer na Graduação, Quinquênio e Negociar as outras vantagens tiradas até o dia 15 de Janeiro de 2015, momento em que o mesmo concluirá o reordenamento da rede e o estudo do Plano de Carreira. A categoria aceitou! Na reunião com a administração, juntamente com representante da comissão de estudo do plano e lideranças sindicais, Joel apresentou a proposta que, à princípio, foi negada pelo prefeito, mas depois de um longo debate na mesa, aceitou. Ficando acordado na reunião a entrega do estudo até o dia 20 de Janeiro de 2015 e a negociação para reposição das vantagens no final de janeiro. Acordado, surgiu daí o decreto 331. Só que os termos do decreto estava muito ofensivo e a direção da APLB e a assessoria jurídica não concordou, enviando notificação ao prefeito(em anexo). O que foi aceita e fomos convocados para uma reunião para versar sobre o mesmo. Depois de uma longo debate, foi nos oferecida a sugestão do texto e o advogado propôs. No fim da tarde recebemos a resposta. O advogado leu e externou que houve uma grande mudança referente ao atual. A administração nos pediu uma resposta para fazer uma nova publicação. Respondi que só daria a resposta depois de uma Assembleia com a categoria que estava marcada para o dia seguinte. Em Assembleia, a categoria decidiu SUSPENDER QUALQUER DIÁLOGO COM A ADMINISTRAÇÃO E IR PARA JUSTIÇA. E assim foi feito. Mesmo assim, a administração publicou o decreto 334(04/12/14).

Como havíamos falado desde início, que entraríamos com uma ação mediante fato consumado, assim o faremos. Agora, sempre deixamos claro para categoria que essa seria uma luta árdua pelo objetivo que

extraímos mediante aos decretos publicados. Em uma resposta dada no facebook a um professor, disse: "Há duas possibilidades no que concerni ao MS: Preventivo e o de fato consumado. A nossa assessoria jurídica (diga-se de passagem A MESMA DA APLB ESTADUAL e a mesma que vem ganhando ações na justiça ao longo desses três anos da nossa gestão) preferiu a segunda opção. E estamos com o MS pronto para ser entregue na próxima semana. Portanto, NÃO É DEMORA... SIMPLEMENTE PROPRIEDADE JURÍDICA. Destarte, estamos constantemente notificando aos profissionais em educação sobre essa questão e a luta que travaremos na justiça. Haja vista que a ação do decreto (especialmente o 325) é objetivando tempo(desgaste judicial), porque qualquer leigo sabe que ele é inexistente na matéria, POIS NÃO SE PODE ARRANCAR PROVENTOS, DIREITOS ADQUIRIDOS POR MEIO DE DECRETO(ÓBVIO)-LEI X LEI. No entanto, todo cidadão pode recorrer a justiça para reivindicar seus direitos, o que fizestes. Agora, o sindicato(nesse caso APLB), legalmente falando, é que tem a patente para VERSAR EM NOME DA CATEGORIA. E não tenha dúvidas que FAREMOS! No MAIS, MANTEMOS-NOS UNIDOS, FIRMES E FORTES. Forte Abraço!!".

Não há dúvidas que ganharemos na justiça, A SUSPENSÃO DO DECRETO. Fato! Porém, acredito, mediante situação dos decretos e a luta que teremos, conseguir manter a graduação e a proposta de reposição das vantagens tiradas no fim de janeiro, foi o melhor do PIOR.

Estou clamando a categoria para manter-se firmes e fortes! É um momento complicadíssimo. Nós precisamos estar mais UNIDOS DO QUE NUNCA."

A diretoria da APLB-Sindicato Núcleo Uauá!